

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 118

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE SETEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Annibelli.

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (49). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Chico Noroeste, Tony Garcia e Neivo Beraldin (05).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/485/2002, do senhor Governador do Estado, solicitando que o anteprojeto de lei encaminhado através da Mensagem nº 36/2002, de 09 do corrente mês, seja restituído e substituído. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/448/2002, do senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/445/2002, do senhor Governador do Estado comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

315/2002 - De autoria do deputado Hermas Brandão que, acresce alínea "a" ao inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, o qual foi convertido em Lei nº 13.753. **Anote-se - Arquive-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação para Projeto de Lei nº 630/2002, que dispõe sobre o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, item 14 da pauta da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a transformação em Comissão Geral e quebra de interstício para a votação do Projeto de Lei nº 630/2002, Soldo da PM, bem como o Projeto de Lei nº 503/2002- TC.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ricardo Maia, Luiz Fernandes da Silva Litro, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Edno Guimarães, Edson Strapason, Cesar Seleme e Durval Amaral.

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Jornalista Enock de Lima Pereira, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de ontem, aos 68 anos, o Jornalista Enock de Lima Pereira. Era filho de Virgílio Pereira e Flora de Lima Pereira.

Enock, como era conhecido nos meios jornalísticos, era um dos expoentes da nossa Imprensa.

Foi redator e secretário de redação do Jornal Tribuna do Paraná, nos anos 60 e por duas vezes assessor de imprensa do médico Arnaldo Busato, quando este foi Secretário da Saúde, nos Governos Paulo Pimentel (década de 60) e Jaime Canet Júnior (década de 70).

Foi ainda redator do comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Paraná.

À sua família enlutada (Sra. Vanessa Luzia Rame Mylla-Av.Mal. Hermes, 240-ap. 301-Centro Cívico Ctba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao senhor Marcos de Paula Franco, pelo falecimento de sua mãe a Sra. Maria de Paula Franco, ocorrido em Cianorte, no dia 02 de setembro de 2002.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar a família Pedrão, pelo falecimento do senhor José Pedrão, ocorrido em Cianorte, no dia 30 de agosto de 2002.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

Peço enviar cópia à família Pedrão, Rua Espírito Santo, 801 - Cianorte-PR- CEP 87.200.00.

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar a Sra. Emilia Moreno Beluco, pelo falecimento de seu esposo João Beluco, ocorrido em Cianorte, no dia 11 de setembro de 2002.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

Peço enviar cópia à Sra. Emilia Moreno Beluco, Rua Goiás, 762- - Cianorte-PR- CEP 87.200.00.

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente requerer votos de congratulações a Professora Márcia Dalledone, pelo lançamento do livro "Da Imigração à Fundação do Clube Sírío Libanês do Paraná", ocorrido no último dia 02 de setembro.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 20.09.2002. O endereço será fornecido posteriormente pelo nosso gabinete.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola Superior da Polícia Civil pela comemoração de seus 68 anos.

Sala das Sessões, em 17.09.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Superior de Polícia Civil foi criada pelo Decreto nº 1968 de 1º de setembro de 1934, na época assinado pelo Interventor Manoel Ribas.

A Escola subordinava-se diretamente à Chefatura de Polícia e sua finalidade era o ensino das disciplinas e aplicações científicas que instruem e condicionam a instituição da carreira policial e ao mesmo tempo o uso da Polícia Técnica.

Naquela época a Escola de Polícia compreendia três cursos distintos para a formação de Delegados,

Peritos e Investigadores. Após o funcionamento regular da Escola seria adotado o critério de nomeação exclusiva de candidatos aprovados em seus cursos. M 1953 foi aprovado o regulamento dos Cursos de Formação de Escrivães e Agentes de Polícia, com o prazo de quatro meses para duração e foi designado o Dr. Arlindo Blume como primeiro diretor. A Escola foi instalada à Rua Barão do Rio Branco, ao lado da Delegacia de Plantão, onde atualmente funciona o Museu da Polícia Civil.

No ano de 1963 a Escola Superior da Polícia Civil foi incluída pelo Governador Ney Braga, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança, vinculando-se à Polícia Civil e no mesmo ano foi estabelecida a sua estrutura, tendo seu regulamento sido aprovado em 1964 pelo Decreto nº 14.039. Em data de 07 de fevereiro de 1964, a Escola foi solenemente inaugurada tendo como sede o prédio do Estado - na esquina das Ruas Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro. Foi designado seu Diretor o Dr. Altair dos Santos Cavali.

Em agosto de 1970 a Escola transferiu-se para o então Palacete Rio Negro, na Rua Visconde de Guarapuava, 2652, e em 1973 mudou-se para a Rua Dr. Pedrosa, onde funcionava a Escola de Enfermagem da Secretaria de Estado da Saúde Pública. Posteriormente ocupou um prédio na Rua Visconde de Nacar esquina com Rua Augusto Stelfeld.

Em 1973, passou para uma casa de dois pavimentos na Rua Emiliano Pernet, esquina com Visconde do Rio Branco, onde funcionou normalmente até 1976. Na gestão do Secretário de Segurança General Mário Carneiro Portes foi iniciada a construção de sede própria com recursos do Funrespol na Rua Tamoios, 1200- Vila Isabel. A sua conclusão e inauguração deu-se no Governo Jaime Canet em 1976.

Em 25 de julho de 2001, por intermédio da Lei Complementar nº 89/2001, a Escola foi elevada à condição de Escola Superior de Polícia Civil do Paraná. A Instituição tradicional, sempre primou pela excelência do ensino aos policiais civis, aprimorando cada vez mais sua atuação e elevando sempre seu nível, sendo uma referência para outras instituições congêneres no país.

Pela comemoração dos gloriosos 68 anos, receba a Escola Superior da Polícia Civil, através de seu diretor Dr. Annibal Bassan Júnior (Rua Tamoios, 1200- Vila Isabel- 80.320-290- Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações a Fotrapar e Sofre pela realização brilhante do “Fórum Paranaense de Direitos

Humanos” realizado no dia 11 de setembro na Assembleia Legislativa do Paraná.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor professor Walter Cezar - presidente do Fórum, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Luiz Del Gobbo, 54, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja registrado na Ata da presente Sessão um voto de congratulações a empresa Nextel Telecomunicações Ltda pelo brilhante trabalho desenvolvido na telefonia e comunicação em nosso Estado e em especial a Sra. Sirlene Alves de Brito - Assessora Comercial da Regional de Curitiba pela forma empreendedora e dinâmica que desenvolve suas funções.

Requer ainda, que se dê ciência a Nextel Telecomunicações Ltda, através de correspondência a ser encaminhado a Rua Augusto Stresser, 453 - CEP: 80.030-340 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao médico urologista Dr. Júlio Raphael Gomel pelos serviços prestados à sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço, até o dia 20 de setembro próximo, no endereço sito à Rua Bruno Filgueira, 2.405 - ap. 1.502 - Curitiba-PR, CEP: 80.710.530.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao jovem Carlos Pitty pelo lançamento do seu disco, bem como pela grande audiência conquistada pelo seu programa na Rádio Clube de Palmas.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 19/09/2002, no endereço da Rua Jesuino Alves da Rocha Loures, 1.764, em Palmas - CEP: 85.555-000.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor congratulações e muito aplauso ao professor Clemente Ivo Juliato, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, pela realização da Semana dos Estudos Teológicos, ocorrida de 26 a 30 de agosto do corrente, a qual foi abrilhantada com a participação de notáveis teólogos brasileiros e estudantes de Teologia, sob a Coordenação do diretor do Curso de Teologia da PUC, o professor Mário Antonio Betiato.

Os estudos versaram sobre o “Fundamentalismo no Mundo Contemporâneo”, assunto de grande relevância na área teológica, contribuindo sobremaneira ao conhecimento dos participantes de tão grandioso evento. Entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivo aos demais pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à “Garagem Moderna Ltda”, fundada no dia 06 de julho de 1.927, pelo imigrante italiano Francisco Valmassoni, natural da cidade de Domeggi di Cardore, completando, portanto neste ano, 75 anos de existência, e é talvez, uma das raríssimas antigas empresas hoje ainda existentes em Curitiba e que tem a foto de sua inauguração, como atestado de batismo. Naqueles distantes anos e por influência da língua francesa, de onde se originou a palavra, seu nome foi grifado como “garage”, denominação somente alterada no ano de 2000, para a aportuguesada “Garagem”.

Naquela época a razão social era denominada “Valmassoni & Cia. Ltda.” e o objetivo comercial era de “garage” (hoje estacionamento), vendas de gasolina, inclusive com uma das primeiras bombas manuais de combustível, instalada na calçada, em frente a sede da Empresa à Rua Pedro Ivo nº 260/266 (posteriormente alterado para nº 745/751), além de um box para lavagens de veículos, comércio de pneus, velas e acumuladores. Fazia a sede social fundos para à Rua José Loureiro nº 512, imóvel este que nos dias de hoje se localiza o Serviço Social do Comércio - SESC-Centro. Em 1.936 a razão social da Garagem Moderna passa a ser “Vendrametto e Passos”, e em 1.938, passa a denominar-se “Vendrametto e Cia. Ltda”, o que perdura até 1.948.

Naquela época, ou mais precisamente em 1.938, ingressa na empresa, como auxiliar de guarda livros, o então jovem Carlos César Rigolino, que lá trabalha até o

ano de 1.945 e que posteriormente será o grande mentor do desenvolvimento da empresa, pois no dia 1º de abril de 1948, por proposta do seu ex-governador Francisco Valmassoni, ainda proprietário do imóvel, adquiriu deste, o ponto comercial, quando a razão social passa a ser “Carlos César Rigolino & Cia. Ltda., que é alterado em 1º de outubro de 1953 para firma individual “Carlos César Rigolino”. Durante esse período conta a empresa em seu quadro funcional com cerca de 15 a 20 funcionários, destacando-se o ingresso, em 1951, do Sr. José Michalck Silveira, conhecido como “Seu José”, aposentando-se em 1981 e hoje, há mais de 52 anos, exerce as funções de tesoureiro. No dia 1º de abril de 1952, ingressa como funcionário o menor de idade Leônidas Sfereli, e que ainda hoje trabalha na empresa, exercendo a função de gerente geral, mesmo aposentado desde 1982. Em 1955 a Garagem Moderna adquire seu primeiro imóvel, uma área de 1500 m2, na Avenida João Gualberto, 1276, para onde se transfere em 1956/1957, ampliando os ramos explorados de oficina mecânica com serviços de lataria, pintura, eletricidade, estofamento, posto de gasolina e serviços.

Nos anos seguintes são adquiridos novos imóveis limítrofes, somando-se cerca de 5500 m2, dedicando-se também aos ramos de comércio de automóveis e terceirização de serviços para grupos seguradores, com remoção, aquisição e guarda de veículos segurados. Estabelece-se também uma filial à Rua Rocha Pombo, 375, específica para estacionamento de veículos. Dentro do mesmo grupo, é criada em 1976, nova empresa, sob a razão social de “Tranvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.”, com ramos de locação e serviços de transportes de veículos, adquirindo o imóvel na Rodovia BR-276, trecho compreendido entre Curitiba e Paranguá, com área cerca de 46000 m2, para utilização de ambas as empresas.

Em 1º de setembro de 1976 a então firma individual “Carlos César Rigolino”, proprietária do estabelecimento comercial “Garagem Moderna” passa a denominar-se “Carlos César Rigolino & Filhos Ltda., com o ingresso no quadro social de seus filhos Jefferson, Everton, Carlos Júnior e Sueli, que vai até 17 de maio de 2000, quando passa a denominar-se “Garagem Moderna Ltda., em virtude da alteração social imposta pelo falecimento do seu então diretor e grande responsável pela expansão da empresa, ocorrido em 1.999, com 82 anos de idade e ainda em plena atividade. Ingressa, então, na empresa, a terceira geração Rigolino. O grupo empresarial surgido com a “Garagem Moderna” de 1.927, conta atualmente com cerca de 250 funcionários, os quais, aliados à sua diretoria, através de um trabalho sério, competente e persistente, em muito contribuiu para o engrandecimento da economia de nosso Estado, continuando uma empresa genuinamente paranaense, gerando empregos e oportunidades de trabalho a centenas de brasileiros que durante 75 anos exercem as suas atividades nessa empresa.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivos aos demais pares desta colenda Casa de Leis. Muito nos orgulha a existência de empresas paranaenses como esta, que desenvolvem um trabalho sério, competente, dinâmico e empreendedor, visando o progresso econômico e a modernização dos serviços oferecidos à população. Consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimos a diretoria da Garagem Moderna Ltda, bem como a todos os funcionários e colaboradores, desejando-lhes muito sucesso.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de louvor à Comercial Elétrica DW Ltda, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Comercial Elétrica DW Ltda, iniciou suas atividades em 1977 e é especializada em distribuição de material elétrico industrial, com mais de 10.000 itens em estoque. Distribui produtos fabricados pelas maiores empresas do setor e atendemos clientes em todo o Brasil, sendo que a região sul do país é sua principal área.

Com o objetivo principal de atender às necessidades e expectativas de nossos clientes, fornecendo produtos e serviços de qualidades, efetuando entregas dentro dos prazos estabelecidos, em condições adequadas e a preços competitivos. Na busca da melhoria contínua no atendimento de nossa clientela, a DW foi a pioneira na implantação de contratos de fornecimento.

A DW disponibiliza ainda gratuitamente aos clientes o serviço de suporte técnico nas áreas de automação e iluminação, além de mini-cursos e palestras técnicas ministradas pelos fornecedores em conjunto com engenheiros especializados.

Pelos excelentes serviços prestados à população do Estado do Paraná, nestes 25 anos, receba a Comercial Elétrica DW Ltda, através de sua diretoria (Rua João Bettega, 2281 - Portão - CEP: 81.070-001 - Curitiba-PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao Patrão Luiz Bodanese, pelas comemorações da 39ª Semana Farroupilha e Ronda Crioula e pela passagem

dos 40 anos de fundação do CTG 20 de Setembro, votos estes extensivos aos demais membros da patronagem, peões e prendas.

Outrossim, solicitamos dar ciência deste ao patrão no seguinte endereço: BR-116, km 107 - CEP: 81690-500 - Pinheirinho, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O CTG 20 de Setembro, o pioneiro no Estado do Paraná, foi fundado em 20 de setembro de 1962, por um grupo de bravos, fiéis à cultura e costumes do Rio Grande do Sul, no nosso Estado. Dali para frente abriram-se novos CTG's, que seguiram o exemplo do pioneiro 20 de Setembro, que defendem, cultuam e seguem fielmente os costumes e tradições gaúchas, elevando assim a cultura riograndense, principalmente aos seus filhos e amigos, não deixando assim, apagar a chama do pioneirismo em nosso Estado.

Outrossim, esta semana festeja-se a 39ª Semana Farroupilha e Ronda Crioula, onde reúnem-se os apreciadores e amantes dos costumes gauchescos; onde se come o "bom churrasco" e se sorve o tradicional "chimarrão gaúcho", acompanhado da saborosa "canha" do Sul do País.

Nestes termos, pede deferimento.

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao senhor Ipiranga Ogüim Lopes, capataz do CTG Querência Santa Mônica de Curitiba.

Outrossim, solicitamos dar ciência deste ao patrão, no seguinte endereço: Rua Willian Both, 195 - Boqueirão, Curitiba / PR, CEP 81730-080.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Ipiranga Ogüim Lopes, natural de Camacua - Rio Grande do Sul, onde nasceu aos 30 de janeiro de 1939, desde cedo acompanhou o seu pai nas lidas do campo e trabalhou muito como tropeiro, ajudando a levar gado de corte do Rio Grande do Sul, para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, de onde conduziam de volta touros de raça para aprimorar os rebanhos do seu Estado natal.

Veio para o nosso Estado em busca de melhores horizontes, vindo a continuar com as lidas do campo e cultivando as tradições do seu Estado. É atualmente capataz de inverno do CTG Santa Mônica, onde é associado por longos anos. Foi um dos fundadores da União dos Tropeiros da cidade da Lapa. Atua, há mais de 20 anos, no ramo de galvanização, no bairro do Boqueirão, à rua Willian Both, 195.

Nestes termos, pede deferimento.

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Gonzalo Vecina Neto - DD. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com cópia à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando a exclusão da resolução proposta pela Anvisa, sobre as normas para a utilização de medicamentos isentos de registro e a criação de uma Câmara de Regulamentação de produtos homeopáticos, tendo como projeto piloto o Estado do Paraná, reconhecido como Estado pioneiro para idéias avançadas e evoluídas e centralizado no Simepar, e que seja retirada qualquer referência a especialidade de Homeopatas da Resolução contida na consulta pública nº 59, de 12 de agosto de 2002, sob pena deste Poder Legislativo solicitar ao Ministério Público Estadual providências por entender que esta medida fere a ética e a dignidade médica dos especialistas em homeopatia.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Em virtude da realização de consulta pública pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nº 59, de 12.08.2002, que propõe através de uma resolução de sua Diretoria Colegiada, normas para utilização de medicamentos isentos de registro.

A Anvisa incluiu produtos homeopáticos nesta consulta pública e considerando que a especialidade de homeopatia possui peculiaridades características e que a aprovação dessa resolução conforme está redigida, prejudicará centenas de médicos e farmacêuticos homeopatas e usuários desta terapêutica.

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Rodovia das Cataratas S/A, solicitando a construção de um viaduto em frente à escola da Comunidade Cacique, no município de São Miguel do Iguaçu.

Com a duplicação da BR-277 houve um aumento considerável do tráfego de veículos pela rodovia e conseqüentemente um aumento considerável no número de acidentes. A igreja e a escola daquela comunidade ficam de um lado da rodovia e a maioria das casas do outro, fazendo com que muitas pessoas tenham que fazer a travessia da BR, ficando expostas ao risco de acidentes. Além disso, há um grande número de ônibus escolares que se utilizarão do referido viaduto para fazer o transporte dos alunos com segurança.

Tendo em vista a necessidade da construção desse viaduto, que trará mais segurança aos moradores da região, solicitamos uma atenção especial ao pleito para que o mesmo seja atendido.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente:

O deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Dulcinéia Guimarães Campos Fernandes, residente à Rua das Codornas, nº 34 - bairro Jardim Lise - município de Campo Largo, que pede a implantação de rede de esgoto na rua em que reside. Será um grande benefício para todos os moradores. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 292-6055.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente:

O deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do senhor Euclides Ferreira de Souza, residente à Rua Jeremias Maciel Perretto, nº 2575 - bairro Campo Comprido, que pede a implantação de rede de esgoto na rua em que reside.

Será um grande benefício para todos os moradores. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 373-1953 (recados com Ide).

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor secretário de Estado da Administração e Previdência, Dr. Ricardo Augusto Cunha Smijtink, pedido de informações acerca do QPPE - Lei nº 13.666, de junho de 2002.

Segundo o texto legal, os servidores de nível superior, enquadrados na carreira "Profissional", deveriam ter a primeira promoção imediatamente à edição da lei. Para tanto os servidores e os diversos GRH's organizaram as pastas funcionais e documentos relativos. Entretanto, passados meses ainda não ocorreu a promoção e não existem sinais sobre a mesma. Assim, solicita-se:

a) é o texto auto-aplicável?

b) os servidores têm garantida promoção e desde a edição da lei?

c) quais os critérios que serão utilizados para a implementação da promoção?

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 638/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) foi criado com o objetivo de promover o atendimento a criança carente, o adolescente, o idoso e o deficiente físico da comunidade de Siqueira Campos e da região, procurando organizar a ação do voluntariado para a melhoria da condição de vida dos seus atendidos.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 639/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A alíquota do ICMS dos veículos destinados a táxi, transporte escolar e aos profissionais de representação profissional, fabricados no Estado do Paraná, fica reduzida a zero por cento.

Art. 2º - Os veículos atingidos por este benefício só poderão ser alienados após 2 anos da data de sua aquisição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade não apenas beneficiar as categorias a que se refere, mas a sociedade como um todo.

Na medida em que as categorias são permissionárias do serviço público, é notório que qualquer melhoria nas condições de transporte de seus usuários se traduz em melhoria direta na qualidade dos serviços prestados.

Além disso, a rigorosa fiscalização que o poder público exerce sobre estas áreas, poderia até mesmo se atenuar, dada a melhoria de condições dos veículos prestadores dos serviços.

PROJETO DE LEI Nº 640/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei se aplica às academias de atividades físicas e desportivas, clubes desportivos, recreativos e de lazer, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que estejam ministrando ou venham a ministrar atividades físicas e desportivas ou similares em funcionamento no Estado do Paraná.

Art. 2º - As pessoas jurídicas mencionadas no artigo 1º, para que possam funcionar regularmente, devem manter:

I - Profissionais de Educação Física, habilitados em graduação de nível superior e registrados no Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do Paraná, sendo um deles o responsável técnico, em seus quadros funcionais;

II- Certificado de registro da pessoa jurídica, no Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do Paraná;

III - Licença sanitária fornecida pela vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Vistoria aprovada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e realizada pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, objetivando a segurança dos usuários;

V - Alvará municipal de funcionamento;

VI - Registro na Junta Comercial do Estado.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos que ministrarão modalidade desportiva, entendida como arte marcial, além do cumprimento dos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo anterior, deverão manter um instrutor da modalidade desportiva, devidamente credenciado pela Federação Estadual ou Confederação Brasileira da modalidade desportiva e registrado no Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do Paraná.

Art. 3º - Sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis, as pessoas físicas e jurídicas que descumprirem o disposto nesta Lei, ficam sujeitas a multas e outras implicações dispostas em regulamento.

Art. 4º - O governo do Estado, através de órgão competente, elaborará, em conjunto com o Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do

Paraná, normas reguladoras e fiscalizadora à aplicação desta Lei, em um prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa disciplinar e normatizar o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer, contando sempre com o acompanhamento de um profissional de Educação Física habilitado em graduação superior e registrado no Conselho Regional.

Vale mencionar que leis semelhantes já vigoram nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por tratar-se de uma iniciativa que visa o bem comum da população e dos profissionais paranaenses, solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, à medida ora proposta.

PROJETO DE LEI Nº 641/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Na vacância do cargo de policial civil e militar a nomeação de candidato aprovado em concurso público para exercer a função se dará no prazo de 30 (trinta) dias após a sua ocorrência por exoneração, demissão, aposentadoria ou falecimento.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei a vaga ocorrerá na data:

I - da publicação em diário oficial da exoneração, demissão ou ato que conceder aposentadoria;

II - do falecimento do ocupante do cargo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada, no Pequeno Expediente.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos aqui na Assembléia Legislativa vivendo um momento de expectativa, e na verdade de forma excepcional em função do período eleitoral, praticamente todos os parlamentares presentes para atender uma reclamação, um pleito da gloriosa Polícia Militar do Estado do

Paraná, que é o reajuste dos seus vencimentos, uma vez que há mais de sete anos os policiais militares do Estado do Paraná estão com os salários praticamente congelados; quando nós sabemos que apesar da inflação estar baixa, muita coisa tem aumentado, particularmente aquelas despesas essenciais: luz, água, energia, telefone, e isso fez com que naturalmente o salário defasasse, a economia familiar defasasse, e o sofrimento naturalmente da família dos policiais militares é muito grande no presente momento.

Eu, particularmente, tenho tido contatos permanentes com o comando do 14º batalhão da Polícia Militar em Foz do Iguaçu, que atende toda aquela região Oeste do Paraná, com os soldados, com os familiares dos soldados; como todos os colegas parlamentares que aqui estão, estamos sacrificando inclusive o nosso trabalho, a nossa campanha eleitoral nesse momento crucial, decisivos para todos nós, para estarmos aqui para corresponder às expectativas dos policiais militares e também naturalmente cumprirmos a nossa obrigação.

Sabemos que o governo mandou a Mensagem ainda ontem para esta Casa, de aumento de salário, hoje teremos a Assembléia Legislativa transformada em comissão geral, e as negociações estão acontecendo. Inclusive neste instante com representante dos policiais militares, do movimento mulheres de policiais militares, com Liderança do Governo no gabinete do Líder do Governo, Durval Amaral.

Esperamos todos nós, vamos fazer força para que o pleito dos policiais militares, das mulheres dos policiais militares seja efetivamente atendido, e é para isso que eu estou aqui marcando posição, e para votar a favor dos aumentos reivindicados pela categoria.

Queria registrar também, senhor presidente, a presença neste plenário, nas galerias, de despachantes de trânsito do Estado do Paraná, que através do Sindipar, o sindicato que congrega a categoria, também está mobilizado para ver ser aprovado um projeto por esta Casa que prevê a terceirização de serviços do Detran, não para os cartorários, mas sim para as pessoas que são credenciadas e têm o legítimo direito de reivindicar os serviços hoje prestados pelo Detran através de um projeto de lei que eu apresentei a esta Casa.

Então, eu dou as boas vindas aos despachantes tenham através do Sindicato, e tenho certeza, os senhores e as senhoras, que esta Casa, sensível às questões de justiça aqui no Estado do Paraná, também estarão olhando e nos ajudando nesta caminhada para fazer justiça com os despachantes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar V. Exa. em relação aos despachantes, está marcada já uma reunião com o sindicato aqui na Assembléia na segunda-feira, o sindicato, o Detran, todos os setores envolvidos, e vai ter, com certeza, um consenso com a decisão a ser tomada. Eu me reuni com o Sindicato dos Despachantes de Londrina no

último domingo pela manhã e já marcamos essa reunião para segunda-feira que vem.

O SR. SÉRGIO SPADA

Muito bem senhor presidente, alegra-nos a notícia de que as coisas estão andando, para ser bom tem que ser bom para todos os lados, mas principalmente para os despachantes que são os legítimos prestadores de serviços nessa área junto ao Detran, isso há décadas. Categoria que tradicionalmente, vem trabalhando e mostrando eficiência a custo zero para o Estado na prestação dos serviços. Nada mais justo que reivindicuem essa condição de prestar esses serviços para a comunidade do Estado do Paraná.

Era isso que tinha a dizer, muito obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente gostaria que o senhor me informasse se há alguma mensagem do governo em termos da terceirização do trabalho executado pelos despachantes?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um Decreto só, mas não está em vigor. Vamos ter uma reunião segunda-feira com o secretário-chefe da Casa Civil, o secretário de governo, o diretor do Detran, o Sindicato dos Despachantes, para ter um entendimento e vamos formalizar essa situação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Um Decreto do Governador?

Mas, o governador poderia tomar essa decisão, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O governador tem autonomia para o Decreto.

Mas, não vai tomar nenhuma posição enquanto não tiver uma reunião de consenso entre os segmentos envolvidos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Luciana Rafagnin no Pequeno Expediente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, companheiros, companheiras que nos prestam neste dia; professores aposentados, professoras aposentadas que estão aqui esperando pela votação da derrubada do veto do Governo Jaime Lerner do projeto que nega a gratificação de cem reais para os inativos do Estado do Paraná.

Também queremos cumprimentar de uma maneira especial o pessoal dos despachantes que aqui está, as mulheres de policiais militares que também estão aqui esperando por uma proposta que venha melhorar a vida tanto dos policiais militares como das suas famílias.

Inicialmente, senhor presidente, gostaria de dizer que hoje temos projetos muito importantes sendo votados.

Começaria pelo item 1, do deputado Nelson Tureck, que eu estava conversando com o deputado sobre a importância desse projeto que apresentamos na Casa no início do ano 2001 e infelizmente, o governador Jaime Lerner não aceitou esse projeto que é um projeto que prevê incentivo de habitação no meio rural.

Uma proposta que os agricultores estão esperando há muito tempo.

Infelizmente, nesta Casa, não conseguimos derrubar o veto do governador; tivemos vinte e seis votos, mas precisávamos de vinte e oito. Então, não conseguimos, na época, ver aprovada essa lei.

Hoje nós votamos o projeto do deputado Nelson Tureck que é um projeto importante e esperamos que o governador aceite. Embora fico com uma preocupação porque já não temos o tempo legal de apresentação de emendas a esse projeto e sabemos que da forma que está é importante mas precisamos assegurar que o agricultor tenha esse crédito da habitação mas tenha também uma segurança no pagamento de suas casas.

Simplemente, ter só o projeto que assegure o crédito não é o suficiente. Precisamos assegurar a forma de pagamento para a habitação no meio rural.

Também nesse sentido, vimos na semana passada uma matéria que nos deixou assustados, que é a questão de começar uma cobrança de Imposto de Renda para os agricultores.

Sabemos da dificuldade que passam os nossos agricultores, que dirá começar agora a também ter um desconto na venda do seu produto, de Imposto de Renda.

Isso é inaceitável e esperamos que o Governo Fernando Henrique não coloque em prática essa medida porque com certeza, fará com que cresça ainda mais o êxodo rural.

Senhor presidente, senhores deputados, esperamos que neste dia, nesta manhã, consigamos votar esses projetos e que sejam aprovados da forma que venha a beneficiar o povo paranaense.

Tanto o projeto da habitação no meio rural como o projeto dos professores que concede a gratificação de cem reais ao pessoal inativo, porque sabemos que os professores que hoje estão aposentados, muitos se dedicaram e continuam se dedicando pelo crescimento do nosso Estado do Paraná, pelo nosso povo paranaense. Da mesma forma, com relação à questão da Polícia Militar.

Pela parte da manhã, hoje mesmo, vi e acompanhei e recebi no meu gabinete, mulheres de policiais militares que estão chorando, porque da forma que está essa situação, não tem condições de continuar.

Os policiais hoje, não ganham para manter a sua família.

Nós precisamos mudar essa situação.

O Governo manda par cá um projeto que não se compromete em nenhum momento. Porque ele prevê um reajuste para o ano de 2003, 2004, 2005. Uma parcela dessa, sabe-se que ele está totalmente fora do compromisso de dar o reajuste, do próprio governo repassar para os policiais militares.

Desta forma, sentimos o grande descaso desse Governo com os policiais militares porque esse reajuste já deveria ter acontecido e infelizmente, até agora não aconteceu.

Vem a esta Casa, praticamente em véspera de eleição, não se comprometendo em nenhum momento com o pagamento dos policiais militares ainda neste ano.

Simplesmente, manda esse projeto, mas compromete o Governo futuro.

Se for para comprometer para 2003, 2004, 2005, é claro que os policiais militares, as esposas, que estão nessa luta há muito tempo, com certeza poderão negociar com o futuro governador.

Não precisam discutir com esse Governo agora, já que não vai ser ele a pagar nenhum centavo desse reajuste.

Então, queremos sim que seja aprovado o reajuste salarial para os policiais militares e que seja pago agora. Que esse Governo assuma esse compromisso ou no máximo para 2003, mas já sabemos que também ele está lavando as suas mão. Não está assumindo o que é de dever dele. Sabendo que deixou todo esse tempo, quase oito anos sem reajuste salarial para as pessoas que fazem o trabalho que consideramos o mais pesado, o mais exposto nas ruas, correndo risco de vida.

Queremos que tenham esse reajuste e podem acreditar que a Bancada do PT toda e toda a Bancada da Oposição estão somando com vocês. Estamos nessa luta e queremos o melhor e vamos votar de acordo com as suas orientações porque sabemos que é difícil a vida do policial militar e o quanto é difícil também para a família de um policial militar, tendo em vista o salário muito baixo.

Podem contar com o nosso apoio, estaremos sempre juntos porque sabemos da importância do trabalho que é feito pela segurança do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Solicito inscrição, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, temos o Projeto de Lei nº 180, é o item 1 da Pauta, um projeto de suma importância, um projeto real, consistente para o nosso trabalhador lá do interior do Estado.

Porque, o que temos visto, exemplo que venho vendo ao longo dos anos, isto desde que fui vereador em Campo Mourão, prefeito de Luisiânia, deputado hoje pelo 2º mandato. E ficamos analisando.

Os governos fazem as casas populares na cidade. Praticamente, incentivando o trabalhador que está lá na sua roça, na sua terra trabalhando, a casa está caindo e ele vai para a cidade.

Nós fizemos esse projeto para que o Governo financie essa casa lá na pequena propriedade, porque é lá que nós precisamos do nosso trabalhador.

É lá que nós precisamos do nosso agricultor, é lá que o trabalhador trabalha e vive com seus filhos, com a sua esposa.

Ajuda o Paraná, o Brasil e ajuda os municípios aonde ele vive.

Portanto, é um projeto que peço o apoio de todos os senhores deputados. É um projeto que cria o financiamento na zona rural.

Quantos pequenos proprietários e os senhores deputados são provas, deputado Edno Guimarães, que você vai visitar uma propriedade que tem um, cinco ou dez alqueires de terra e que não sobra dinheiro para o proprietário fazer a sua casa.

Então, com esse projeto aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vamos colocar recursos no orçamento do Estado, no tesouro do Estado, para que aplique esse financiamento lá na zona rural, onde será feita essa casa ao pequeno proprietário.

Fico contente que no programa de governo, inclusive, do candidato Beto Richa, se diz que são dez mil moradores no interior do Estado do Paraná na zona rural. Pois, na verdade, hoje, nós como parlamentares, como deputados, e os senhores deputados são testemunhas, temos que fazer de tudo, estender a mão para fazer a verdadeira justiça social ao nosso trabalhador, não deixar ele vender a sua propriedade. Olha o prejuízo que causou ao interior do Estado a evasão que aconteceu, aonde as pessoas venderam seus um, dois, cinco, dez, quinze alqueires de terra, muitas vezes por falta de um projeto que venha incentivá-los a ficar lá no interior do Estado do Paraná.

Tenho certeza da aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com o apoio de nosso presidente deputado Hermas Brandão, que foi um dos melhores secretários da Agricultura que este Estado já teve, por programas fundamentais ao pequeno produtor, ao pequeno trabalhador do Estado do Paraná, a esse projeto importante, da verdadeira justiça social ao nosso trabalhador que vive lá no interior do Estado do Paraná.

Vamos construir a sua casa lá na sua propriedade, para que ele não a venda, para que ele cada vez mais con-

tinue amando o seu sítio e produzindo para ajudar este Brasil!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados:

No mínimo é preciso que se faça aqui, algum comentário a respeito das faixas que nós temos nas galerias, nesta manhã de hoje, porque tenho defendido ao longo de minha vida que assuntos tão importantes devem ser discutidos em profundidade na hora precisa, no momento exato.

Acabo de ver uma declaração do presidente da Assembléia, dizendo que na próxima segunda-feira, (hoje é dia 17, estamos na boca da eleição), não sei quem, me parece que é a Assembléia Legislativa, na figura do presidente ou de quem mais for convidado, vão discutir um assunto que está agonizando, por exemplo, todos os despachantes do Paraná.

Acho que esta Casa, senhores deputados, já deu vantagens enormes a algumas categorias, e agora vejo na contramão o caminhar de algumas coisas que, no meu entendimento, vão prejudicar profundamente milhares de despachantes do Estado do Paraná.

Deputado Nelson Justus, primeiramente, acho que estamos no Regime Democrático, não é?

Eu, pelo menos, lutei muito para que nós tivéssemos democracia neste País, onde uma classe dominante insensível, estúpida, continua fazendo a exploração do resto da sociedade.

Então eu - e falo em meu nome porque é complicada a coisa aqui nesta Casa - eu acredito que o governador que está tentando, através de decreto, impor a sua vontade, não poderia fazer isso. Eu me lembro dozucasas (?), aqueles éditos lá do passado que nós lemos, nós estudamos, nos aprofundamos e agora ele está querendo fazer através de um édito, quer dizer, da maneira antidemocrática.

Então, esse governador, se ele tivesse o mínimo de apego, ele deveria vir aqui se submeter - estou falando isso, porque ouvi do presidente que haveria um édito, um decreto do governador, porque no meu entendimento não é possível tirar essas atribuições do Detran, tirar dos despachantes e dar para os cartorários. Os cartorários tiveram, segundo dizem, aumentos grandes aqui. Se eles merecem, não quero discutir isso aqui! Eu quero é defender a vida e a existência dos despachantes! Eu quero que eles sobrevivam, da mesma maneira que estou indignado com o comportamento do Governo que depois de quantos anos vem aqui, dez dias antes das eleições, querendo dar uma miséria de aumento para os policiais militares na "boca" da eleição. Puro oportunismo político! Agora é a hora de agradecer todo mundo para ver se chove na horta

daqueles que não se lembraram do povo durante oito anos.

Senhor presidente: "despachantes em luta por sua profissão"; esposas dos policiais militares reivindicam melhoria salarial". Bom! Melhoria salarial, mas gastaram quinhentos milhões de dólares em auto propaganda. Pintaram que o Jardim do Éden era aqui em Curitiba! Aqui não tem favela, não tem desempregado, não tem assaltante, não tem bandido, não tem nada! Isso aqui é o paraíso, na propaganda oficial. São milhões de paranaenses vivendo na linha da pobreza e gastaram tudo isso na propaganda. Agora, vinte dias antes da eleição, como fizeram também com o Pedágio, eles querem vir aqui e dizer: "nós aqui defendemos as esposas dos policiais militares". Quando não deram a mínima atenção para elas durante um movimento digno, cívico, patriótico que elas empreenderam. Agora querem aparecer.

Olha! Em países onde as coisas são levadas a sério, assuntos como esse geralmente são deixados para o próximo Governo decidir e nunca nessa antevéspera dos embates eleitorais.

É por isso que a Justiça Eleitoral tem evoluído para o mesmo espaço de tempo para todos os candidatos e faz aquela média com os partidos para que cada um não seja prejudicado.

Agora, quem está no poder, está deixando o poder, deveria ter o mínimo de ética de comportamento sério e não fazer esse tipo de coisa que estão tentando fazer na vigésima quinta hora.

Então, eu estou subindo à tribuna para dizer o seguinte: nós que sempre tivemos sensibilidade para o problema dos policiais militares, como de toda a categoria de servidores, gostaríamos de estar, juntamente com a Polícia Militar, caminhando no mesmo sentido, porque, olha bem, o que nós gostaríamos de fazer? Nós gostaríamos de fazer, então, que esse aumento, que no nosso entendimento nem é o razoável, pudesse ser dado logo agora nesse Governo e de uma só vez. Não é assim que querem as coisas?! Ou por que não, então, em 2003 também de uma só vez como parece que é a pretensão de todo mundo. É essa a nossa tese.

Olha, tem gente que com o chapéu alheio quer fazer cortesia.

Então, o que queremos deixar claro, é o seguinte: nós não somos contra ninguém que tenha os seus direitos violentados, nós achamos que um Governo que ficou durante oito anos sem dar a devida atenção a nenhum servidor público estadual, seja merendeira, zeladora, quem trabalha na educação, na Polícia Civil, na Polícia Militar. Aliás, eu gostaria de falar em Polícia Civil. Eles tiveram aqui contemplados os seus pleitos, as suas reivindicações e foram implantadas... e pronto. Os auditores fiscais tiveram os seus pleitos atendidos pela Assembléia e de pronto entraram em vigor. Por que não fazer o mesmo com o pessoal da Polícia Militar?

Olha, senhor presidente, senhores deputados, alihei, rapidamente, essa posição: eu não gostaria que os

despachantes fossem prejudicados, eu gostaria, como o meu partido sempre teve sensibilidade, que as reivindicações fossem atendidas pelos governantes na hora em que esses problemas estão começando a nascer ou mesmo antes. Governante bom é aquele que antes do problema aparecer ele entra resolvendo a questão.

Então, estamos vivendo, na boca da eleição, uma série de conflitos que não poderiam existir e nós esperamos que sejam solucionados na maneira que estão vendo os que participam dessas reivindicações, senão eu não sei. Eu quero me colocar e acredito que todos os membros do meu partido, das Oposições, aqui, queremos nos colocar à disposição daqueles que estão sofrendo, daqueles que estão angustiados, para defendê-los dessa classe dominante que quer tomar tudo. Outro dia eles tentaram tomar a Copel da gente. Nós fizemos uma luta paranista cívica, um movimento cívico que este Paraná não conhecia há décadas. Nós conseguimos, sim, nós, pela nossa luta, nós, deputados, e nós, povo. As ruas vieram aqui dentro protestar. Mas, tem gente que parece que não tem ouvidos para ouvir a agonia, a insatisfação, o barulho que está vindo da rua e que pode levar tudo isso não sei para onde.

Portanto, a nossa posição em favor das reivindicações dos policiais militares, dos despachantes, nós não queremos prejudicar nenhuma categoria em benefício de qualquer outra categoria. Nós queremos que todos, no regime democrático, tenham a voz, tenham a vez, tenham a sua condição de viver de maneira plena dentro da liberdade, dentro da democracia e não da maneira que estão tentando fazer, empurrar goela abaixo, na boca da eleição, a sua vontade que muitas vezes conflita com a vontade do povo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, cidadãos e cidadãs do nosso Estado que hoje aqui nesta manhã acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

A vinte dias das eleições estamos a analisar projetos de interesse fundamental para alguns segmentos da estrutura, talvez das mais importantes do nosso Estado. E projetos que a sociedade reconhece como devedora a esse segmento importante, que é o segmento da segurança pública, que são os policiais militares do nosso Estado, mas que vem ainda capenga, senhor presidente, capenga porque é um projeto de lei que não cumpre os preceitos da própria legislação. Um projeto de lei, através de uma mensagem do governador que teve 95 meses para fazer isso e faltando 3 meses para o encerramento da sua administração, remete para cá numa postura extremamente eleitoreira e sem nenhuma condição de ser avaliado com seriedade, com respeito por esta Casa e recebido e aco-

lhido pela sociedade paranaense como um ato de governo sério. Manda para cá uma mensagem que levou o número do projeto 630/2002, aonde não faz a projeção do impacto do ano de 2003, 2004, 2005, como exige e determina a Lei 101.

Ora, o Governo precisaria encaminhar para esta Casa, acostado a essa mensagem, a esse anteprojeto, o impacto do que está aqui a propor. É o impacto que vai provocar nos anos de 2003, 2004, 2005 e não resolve o problema dos nossos policiais militares. Os policiais militares ficaram oito anos praticamente sem reajuste, sem condições e o governo fazendo a propaganda, deputado Waldyr Pugliesi. Ao invés de fazer a segurança fazia a propaganda. Nunca sobrou dinheiro, recursos públicos para poder honrar os salários e os policiais, as famílias dos policiais bem o sabem. Os contratos dos alugueis dos carros eram o ladrão por onde vazava, escorria o recurso público que com certeza bem aplicado, bem administrado iriam subsidiar os recursos da folha de pagamento. Esse pagamento que há oito anos a família da Polícia Militar do Estado do Paraná aguarda.

Agora, no estertor do seu governo, vem propor a esta Casa, tentando enganar a sociedade - porque a esta Casa não engana e, com certeza, também não engana os policiais do Estado do Paraná e nem suas esposas.

Por isso, precisamos nos orientar. Aqui, digo eu, deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa., deputado da Oposição e meu líder Luiz Carlos Zuk, que vou votar de acordo com o pronunciamento que fizer, aqui, à liderança do Movimento da Família Miliciana. Porque você fazer um projeto de lei, mandar para cá uma mensagem governamental, propondo depois de oito anos de governo, aumento a partir de janeiro de 2003, quando ele não será mais o governador - ou ele pensa que vai continuar com o seu grupo no Palácio Iguaçu? Acho que não.

Portanto, não vejo condições, honestamente, de votar. Ainda mais quando tem um artigo 5º da mensagem, que ele transformou em projeto de lei: "constatada a redução de remuneração de proventos ou de pensões, decorrentes da aplicação dessa lei, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal, nominalmente, identificada".

Ora, mandou para cá um projeto, uma mensagem que, com certeza, não sabe o que fez, porque ele não sabe ou não identifica quando e aonde haverá as reduções.

O próprio Governo está a admitir, senhor presidente, que essa mensagem vai provocar reduções de salários, no seu artigo 5º. Não dá para continuar a fingir que dá aumento ao setor de segurança do nosso Estado, especialmente, à Polícia Militar. E o governo finge que cumpre a sua função e a sociedade continua a não ter segurança, a ter dificuldades enormes, não pela postura de nossos policiais, na sua grande maioria, mas sim pela falta de condição, pela falta de empenho, pela falta de estrutura e pela falta de instrumento estratégico para combater o crime. O segundo maior crime a ser cometido está contra a própria Polícia Militar.

Portanto, vou ouvir, auscultar os representantes da Polícia Militar do nosso Estado, para orientar a minha votação.

O deputado Waldyr Pugliesi tem constatado do retorno - hoje, quem o faz sou eu, porque não estou ouvindo o retorno, aqui de cima.

Através da postura dos representantes da Polícia Militar, que falarão aqui é que nos orientaremos. Vejo com muita dificuldade a aprovação de um projeto de lei, que vai ter repercussão em três anos, fora desse governo. Pessoalmente, acho que é muito melhor e muito mais fácil e com muito mais seriedade, discutir essas questões em um futuro governo, de salário e de aumento, porque exigirá do próximo governo a responsabilidade pelo que for pactuado, do que pegar uma encomenda de um outro governo, que só quis fazer politicagem.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PDT; PT; PPB; PPS.

Concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

O PPS vem no horário da liderança colocar a sua posição a respeito de três assuntos debatidos hoje nesta Casa.

O primeiro deles com relação aos despachantes, deixar claro que temos conhecimento de que nada pode ser feito por decreto e somente com uma lei poderia haver qualquer tipo de alteração, tenho certeza que este é o entendimento jurídico do assunto, nós iremos até o fim nesta discussão em defesa dos despachantes em nome do PPS.

Dizer à Polícia Militar, aos nossos representantes da Polícia Militar que a mesma promessa que chega a esta Casa às vésperas da eleição, já chegou em outras eleições também aos senhores. Os senhores devem recordar-se que por inúmeras vezes, em vésperas de eleições foram prometidos aumentos à nossa Polícia Militar e depois não foram cumpridos, da mesma forma vem agora tentando comprometer eleitoralmente, dentro de uma desculpa eleitoreira propor um aumento que tenho certeza o próximo governo é que terá que analisar. Ora, quem quer faz, não manda para os outros fazerem e não deixa herança desse tipo para os outros governos.

Então, entristece-me muito ver esse tipo de ação sendo adotado de forma eleitoreira apenas porque se está às vésperas das eleições, como já ocorreu em outros tempos, e também com relação às nossas professoras aposentadas que aqui estão. Temos certeza que este Plenário irá honrar a votação por unanimidade que lhes dê o direito dessa gratificação derrubando o veto do governador.

Podem contar com o apoio nosso do PPS e de todos os companheiros, porque aqueles que aqui votaram para que fosse incluída não terão moral para agora derrubar o veto do governador, terão que derrubar de qualquer forma, não poderão, em hipótese alguma, deixar valer este veto que só vem prejudicar os nossos professores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é de praxe da presidência mas eu que ocupo interinamente a função, gostaria de solicitar à assessoria da Mesa que providenciasse para nós uma cópia desse famigerado decreto dos despachantes, porque me parece que está havendo... queria fazer esse comunicado ao Plenário, perdoem a ousadia, porque ocupo aqui de passagem a presidência, mas na qualidade de vice-presidente, parece que tem alguma coisa no ar, talvez estão querendo tirar algum proveito eleitoral de uma coisa que sabidamente dificilmente passaria dentro desta Casa, aqui no Plenário.

Nós estamos em período eleitoral, eu acho que em nome da instituição a Assembléia Legislativa, era bom que se esclarecesse isso. Eu solicito à assessoria da Mesa que nos trouxesse, se é que em esse decreto, a cópia dele para que a gente obviamente possa dar o encaminhamento necessário.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

V. Exa. está se referindo ao Decreto dos Despachantes, que faria a transferência da cobrança, da fiscalização para a Associação dos Cartorários?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu acho isso um ato inominável por parte do Poder Executivo, se o fez. Cabe para restaurar um pouco de ética no Estado do Paraná, se houver o Decreto, que a Assembléia anule o ato do governador do Estado de pronto, e caso a Bancada que apóia o governador Jaime Lerner concorde em manter um mandado de segurança pedindo a suspensão por liminar ao Supremo Tribunal Federal se for necessário, porque é inconstitucional esta medida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas para esclarecer ao Plenário: solicitei porque só se ouve falar, ninguém tem a cópia desse decreto e ninguém acha que esse decreto publicado no Diário Oficial.

Parece-me...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu tenho notícias, desculpe lhe interromper, de que o volume de recursos que será repassado para a Associação dos Cartorários, é na ordem de 13 milhões/mês, isso é uma vergonha o que o governador, se o fizer, estará

fazendo ao Estado do Paraná, no mínimo pela ética, licitação, somos contra que se transfira essa atividade que é um dever do Estado, mas mesmo assim, por licitação, seria no mínimo mais ético.

Somos contra que se transfira essa atividade, que é um dever do Estado, mas mesmo assim, por licitação seria no mínimo mais ético. E não por decreto para mandar para os cartórios.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu apenas solicitei, porque me parece o seguinte: em ameaçando se fazer o Decreto já se busca quem sabe uma solução antecipada, para quem sabe os despachantes possam apoiar este ou aquele candidato.

Acho que como presidente da Assembléia, mesmo que passageiro não consigo perceber isso como ético.

Com a palavra deputado Nereu Moura, do PMDB.

Deputado Nereu Moura, queria apenas comunicar que V. Exa. se inscreve no horário do PMDB, mas antes estava inscrito no horário do PDT, o deputado Luiz Carlos Zuk que fará uso da palavra após V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o deputado Waldyr Pugliesi líder da Oposição, deixou claro a nossa posição em relação aos temas abordados na Sessão de hoje. Apenas em nome do meu Partido venho à tribuna para dizer o oportunismo político do senhor Jaime Lerner. Governador moribundo, que tanta infelicidade tem causado ao Paraná. E que infelizmente depois de 8 anos como governador, humilhando os funcionários públicos, aniquilando com a carreira dos nossos servidores, professores, educadores, policiais, servidores de modo geral.

Agora numa atitude politqueira, demagógica, própria de carreirista, de oportunista, manda um projeto de lei para esta Casa, para dar aumento aos policiais militares a partir do ano que vem. E pasmem, senhores deputados, quem será o governador a partir do ano que vem?

Graças a Deus não será o Jaime Lerner. Será outro. Portanto, se esse governador tivesse vergonha na cara, tivesse respeito ao povo do Paraná, jamais tomaria uma atitude vergonhosa tentando ludibriar uma população sofredora, como são os servidores públicos, que estão a 7 anos e meio sem reposição salarial.

E agora para tentar enganar, manda esse projeto de lei para esta Casa.

Então, senhores deputados, meu caro deputado Pugliesi, V. Exa. retratou com sabedoria não o nosso sentimento, mas o sentimento do povo do Paraná.

A Assembléia Legislativa não deveria votar esse projeto. Deveríamos sim, esperar passar as eleições para que o governador eleito pelo povo, com autoridade do voto popular, negocie uma reposição salarial, verdadeira. Não demagógica, mentirosa, de um governo que ficou 8 anos massacrando os servidores públicos do Estado do Paraná.

Por isso, repudio essa atitude de má-fé de um politiquero chamado Jaime Lerner, que tanta infelicidade causou ao povo do Paraná.

Da mesma forma, meus caros professores, nós votamos a favor dos aposentados. Aprovamos, aqui, aos aposentados uma emenda, salvo engano, do deputado Ademir Bier, que beneficiava os aposentados, que tanta contribuição deram à educação do Paraná. E é injusto fazer o que o Jaime Lerner está fazendo com vocês. É injusto. Tanta contribuição que vocês deram para o Estado e agora que deveriam receber os louros pela contribuição, são jogados às traças.

Então contem com o PMDB, vamos votar contra o veto para restabelecer a justiça, que nós queremos. Assim, também não podemos concordar. Precisamos criar empregos no Paraná, precisamos criar oportunidade de trabalho. E esse Decreto que se propaga por aí, querendo levar aos cartórios, esses cartórios que já foram beneficiados com o aumento vergonhoso agora há pouco tempo atrás, querer levar os serviços que os despachantes prestam no Paraná é eliminar milhares de empregos no nosso Estado. É pôr na rua gente que trabalha e engrossa o bolso de alguns tubarões, engrossar o bolso de alguns patrocinadores de campanha eleitoral. E não concordamos com isso.

Por isso, os despachantes, também fica aqui a posição firme do PMDB. Votaremos contra qualquer atitude que venha prejudicar a carreira dos despachantes do Estado do Paraná.

Contem com a nossa Bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, caros visitantes.

Esta Casa periodicamente é solicitada em todas as posições administrativas do governo do nosso Estado. Em uma delas tivemos, aqui, a presença dos professores universitários que queriam o enquadramento, através de uma mensagem, que se tornou em lei. Lei nº 13.666 de junho de 2002, onde a carreira de profissional dentro daqueles servidores que organizaram todas as pastas funcionais e todos os documentos exigidos, isso em junho - que a lei foi publicada e o governo deu a palavra naquela oportunidade, antes das férias de julho, de que iria enquadrar todos aqueles servidores professores de nível superior nessa lei que nós aprovamos.

Estou entrando, senhor presidente, com um requerimento ao secretário da Administração, que, este governo eu não entendo: ele manda a mensagem, ele a torna em lei e ele não aplica até o dia de hoje. E estamos entrando com um requerimento pedindo o seguinte: é o texto que ele mandou - governador Jaime Lerner, ele mandou. É o texto do governador, auto aplicável: "Os

servidores têm garantia à promoção desde a edição da Lei (ele dizia isso na Lei)". Quais os critérios que serão utilizados para a implementação dessa promoção.

Fazendo isto, senhor presidente, e lembrando S. Exa. o governador que deve ser um pouco esquecido, queria dizer que a Educação, este veto que vamos votar aqui para as senhoras aposentadas, professoras que ensinaram não só a mim a aprender a ler e escrever como a todos os parlamentares e acredito que até o governador Jaime Lerner, deve ter esquecido que a segunda mãe dele foi a professora que o ensinou para ele chegar nos cargos que ocupou e ser o homem que ele é hoje e não respeita as professoras.

Não respeitou S. Exa. o governador, quando trouxe e importou uma pessoa que não temos nada contra ela, mas totalmente alheia à educação do Paraná. Basta dizer que ela foi demitida e ninguém falou nada! A secretária de Educação foi demitida e deveria ter sido feito no início do governo, há muito tempo, para não fazer o mal que fez à Educação. Essa mulher teve a coragem de fazer um Decreto e aqui está; pena que não sei encontra, acho que voltou ao gabinete do ilustre deputado Seleme, teve a coragem de tentar tirar as professoras das classes especiais. Foi necessário, senhores visitantes, para sensibilizar este Plenário e esta Mesa Executiva na pessoa do presidente, que fosse revogado esse Decreto para que as crianças que, infelizmente, não pediram a Deus, mas Deus assim os fez com alguma deficiência: seja motora, seja auditiva, seja de fala ou seja de paralisia cerebral. Essa secretária de Educação quis retirar os professores dessas classes especiais. Foi necessário uma mobilização estadual para que o Decreto fosse revogado.

Falando disso, não precisamos dizer mais nada do que disse o Waldyr Pugliesi aqui. Os despachantes têm do PDT, dos 6 deputados que temos a honra de liderar nesta Casa, os votos para permanecer a família dos Despachantes que tem dado mostra da capacidade, da honestidade e, principalmente, do serviço prestado a toda a coletividade paranaense. Respeitando escritura, registro no cartório. Trânsito é com despachante que está habilitado no Detran do Paraná!

Os aposentados tenham a certeza de que nós votaremos contra, como já disse o deputado José Maria Ferreira que ocupa a presidência, estaremos votando com os professores e contra o veto do governador.

Por último, deixo para falar da Polícia Militar. Acredito que o governador tem muita coragem. Quando vinha de Ponta Grossa, hoje pela manhã, escutei na rádio, que o governador vai esperar a próxima pesquisa que vai ser divulgada amanhã ou depois de amanhã, pesquisa do Ibope, aí ele se afasta do governo e vai fazer a campanha do seu candidato. Quero que isso aconteça. Porque se o candidato dele até agora não decolou, apesar de ser tucano, parece mais um pinguim porque não sai do chão. Esse apoio realmente vai levar mais para baixo, vai amarrar mais o seu candidato. Porque o prestígio do governador está estampado nos atos que ele cometeu durante a

sua administração. Fosse com servidor, fosse com o povo do Paraná: privatizando a estrada, tentando vender a Copel e entregando para França a administração da nossa Sanepar.

Falando em Sanepar, o próprio presidente José Maria Ferreira trouxe nesta tribuna e levo aos senhores para serem porta-vozes daquela denúncia feita pelo ilustre deputado. No final do governo quer estabelecer um contrato, a Sanepar, de 40 milhões de reais e uma prestação de serviço indecente, que não é admissível e foi pelo ilustre deputado aqui denunciado e está sendo averiguado até pelo Ministério Público. Junto a isto, nós, deputados, tivemos uma mensagem de S. Exa. o governador, para criar uma agência controladora de energia, de água, de serviços essenciais onde o atual governo iria nomear, por 5 anos, os diretores desta agência controladora. Parece-me que a insensibilidade daquela que gerou ou que administrou a Educação, está no governador, porque o próximo governador é que terá a incumbência realmente de fazer aquilo que o atual está tentando fazer.

Mas ao finalizar, senhor presidente, poderia relatar outros fatos, mas queria dizer a V. Exa. que ocupa a presidência, que gostaríamos de lembrar que estamos no fim do período nosso como deputado. A maioria dos senhores, como parlamentares, é candidato à reeleição. E, se nós arrumamos a casa do Tribunal de Justiça, arrumamos algumas partes do Tribunal de Justiça, arrumamos algumas partes do Tribunal de Contas e retiramos aquela Mensagem do Tribunal que cria novos cargos do Poder Executivo, queria que V. Exa., lembrasse o presidente Hermas Brandão, que este Plenário tem um compromisso com os funcionários desta Casa, com o Plano de Carreira de cargos que tem que ser implantado até o final do ano. E é um compromisso da Mesa Executiva e eu acredito que vai ser cumprido, estou tão somente lembrando.

Encerro senhor presidente, agradeço a V. Exa. o espaço de tempo que me deu a mais, queria finalizar dizendo, à Polícia Militar e às esposas de militares: estaremos votando mesmo contra a nossa vontade, mas a favor do pouco que lhe estão dando para nós conseguirmos, no dia de amanhã, um novo governo, um governo amplo, que goste do policial militar e de todo o funcionário público.

Queremos, nesta oportunidade, não entervando, votaremos favoravelmente dizendo que não é nada o que estão dando, é sim realmente aquilo que deveria ter sido dado no início desse governo que foi um governo relapso, não com a família do PM, mas com a família do Paraná, pela insensibilidade e pela falta de coração que tem o atual governador do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria)

Ainda no horário da Liderança, consulto a Liderança do PFL.

(Declina)

PSBD. Com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Primeiramente quero mais uma vez reafirmar meu compromisso com os companheiros despachantes que vieram de alguns pontos do Estado do Paraná.

Tivemos uma reunião na cidade de Maringá, a questão de uns quinze dias atrás e foi, senhor presidente, por nossa parte assumido mais uma vez um compromisso com os despachantes. Acho que esta Casa de Leis não furtará com o apoio daqueles que trabalham em todos os pontos do Estado do Paraná em detrimento de uma classe, onde há o sustento de muitas e muitas famílias favorecendo a elite privilegiada do Estado do Paraná e do nosso País e que são os cartorários.

Quero dizer aos senhores despachantes e aos senhores deputados, que não é um discurso de eleição, não é um discurso até o dia 06/10 que é dia da eleição, é um compromisso nosso, compromisso com os amigos da minha cidade de Maringá, da minha região de Maringá, que muitos são meus amigos de muitos anos e quero dizer aos senhores, que mais importante para os despachantes, não será até dia 06/10, será após a eleição, porque é onde esta Casa poderá votar algum projeto que diz respeito aos senhores, porque todos nós sabemos que o Decreto é inconstitucional e ilegal.

Senhores deputados, nós temos nesta Casa hoje, a família da Polícia Militar do Estado do Paraná. Desde quando tomei posse tenho feito discurso da importância do governo atuar nas três áreas imprescindíveis, que é saúde, educação e segurança. Durante todo o meu mandato, como no mandato de vereador da minha cidade de Maringá, nós sempre defendemos um apoio forte à educação, um apoio forte à saúde e à segurança pública. Quando vemos os nossos irmãos da Polícia Militar, bem como os professores e educadores aposentados, ficamos imaginando, o próprio Governo tem muitos órgãos de salários de seis mil reais por mês, nove, doze, dezoito mil. Temos empresas do governo que ganha em média, um grande número de servidores, mais ou menos quinze vezes o que ganha um soldado da Polícia Militar. Isso é uma discussão mais profunda para mais anos, não só do Estado do Paraná como do nosso País. A gente vê que em todo o Brasil a segurança foi deixada em último plano, bem como a educação.

Como a educação nós temos carência salarial, temos carência de infra-estrutura, carência na área de esportes, muitas coisas. Mais especificamente, hoje reafirmo meu compromisso com os companheiros da educação, como aprovamos aqui, iremos votar mostrando o voto, porque tenho na minha família, professoras; trabalha comigo uma professora aposentada, sei a dificuldade que é dedicar uma vida à educação, depois receber o salário que mal dá para farmácia ou para a condição médica. Vou votar transparente, hoje.

A família da Polícia Militar - não quero aqui hoje discursar aos senhores, talvez preocupado com a eleição,

todas as minhas andanças pelo Estado do Paraná, quando encontrei os policiais militares, sempre parei e conversei com os mesmos em todos os municípios do Estado do Paraná, quem é do Noroeste, ou do Norte do Paraná sabe disso, nunca deixei de apoiar as medidas que fossem favoráveis a esses três segmentos.

Hoje, quero dizer para vocês que o projeto que o governador Jaime Lerner manda para esta Casa de Leis, estivemos discutindo com os companheiros da Polícia Militar, a versão da Polícia é que todo o reajuste daria em média trinta e pouco por cento, até ultrapassando o mandato desse governador. Não vejo esse índice de trinta e poucos por cento uma dificuldade grande para a Polícia Militar, porque sabemos aqui que foi resolvido a questão de nível superior de várias categorias do Estado do Paraná; não era aquilo que eles esperavam, mas melhorou bastante. Temos que ser honestos a nós mesmos, senhores deputados, aprovamos aqui o plano dos companheiros da Receita Estadual, votamos favorável, elevou bem a condição dos servidores da Receita Estadual do Estado do Paraná também, justo. Aprovamos aqui da Polícia Civil também, dando a eles aquilo que foi pedido, também eu acho justo.

Então, eu acho hoje, esta Casa de Leis, nós não podemos furtar esse apoio à Polícia Militar. Há uma preocupação grande com a lei de responsabilidade fiscal, uma preocupação grande com o volume de recursos, uma dificuldade desse Governo pagar, dificuldade do 13º e tal, mas se nós calcularmos bem a importância que representa a satisfação da Polícia Militar perante a sociedade paranaense, e que nós temos que fazer justiça aqui, é a melhor Polícia Militar do nosso País, é a mais preparada, é a melhor de recursos humanos do nosso País; e é só nós assistirmos televisão à noite, os programas jornalísticos, tanta Polícia Militar envolvida no eixo Rio-São Paulo, Nordeste, Rio Grande do Sul, e vários Estados da Federação; aqui no Paraná às vezes surge algum caso envolvendo policial militar, no grosso da corporação, com isso faz ser a Polícia Militar mais respeitada do nosso País.

Mas para isso, temos que dar, um governo que investiu pesadamente em infra-estrutura na Polícia Militar, veículos, reforma de batalhões, reforma de delegacias, construção de novos batalhões, nada mais justo do que esse governo hoje invista naquilo que é mais importante para todos nós, que é o recurso humano, naquilo que é mais importante para todos nós como sociedade paranaense, que é o bem-estar do policial militar, o bem-estar de seus familiares, quando o policial sai de manhã, senhor presidente José Maria Ferreira, que é de uma região importante do Norte do Paraná, o senhor sabe a importância que representa a Polícia Militar no eixo Londrina, Ibiporã, Metropolitana ali.

Vamos num rodeio, numa grande festa, está lá a Polícia Militar dando condições para que aquela festa possa transcorrer na normalidade.

Vem um show, está a Polícia Militar; vamos num campo de futebol, está a Polícia Militar dando condição. Está em todos os pontos da sociedade paranaense.

Ficamos imaginando, uma insatisfação da Polícia Militar hoje, é ruim para todos nós, como cidadãos.

Quero aqui fazer um pedido aos companheiros da Oposição, aos companheiros da Base do Governo, que afirmo o meu compromisso com vocês até o último dia deste meu mandato. Votarei favorável ao projeto do Governo do Estado, à emenda que está sendo feita pela Oposição, e faço um pedido: se os deputados concordarem, que façam a emenda para que todos os deputados possam assinar, o presidente, a Mesa, os deputados.

Isso é importante para todos nós, para que possamos ter uma votação por unanimidade que não seja emenda de A ou B, porque todos queremos o bem da Polícia Militar.

Essa votação, senhores da Polícia Militar aqui presentes, uma votação por unanimidade e uma emenda assinada por todos, no caso do governador vetar, a responsabilidade é de todos nós em derrubarmos o veto do governador depois.

Então, é importantíssimo isso para os senhores, que tenhamos uma emenda coletiva encabeçada por qualquer deputado. Isso para nós não atrapalharia nada. Mas, que passasse a emenda para todos assinarem e votarmos todos favoráveis.

Convoco os deputados da Situação, da Oposição, porque o índice de reajuste não é aquele apregoadado anteriormente pelo secretário da Administração. Um secretário muito técnico, que vai empurrando muito com a barriga, vai enrolando.

O índice total não ultrapassa de trinta por cento em média.

Vamos todos nós assinarmos a emenda, coletivamente com a Oposição, votaremos favorável ao projeto do governo, votaremos favorável a esta emenda e assumimos o compromisso com os senhores, no caso de ser vetado pelo governador, derrubaremos o veto aqui.

Obrigado a todos, obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Como último inscrito, no Horário das Lideranças, falando pelo PSL, deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, familiares de policiais militares e amigos despachantes. Estranhamente, esta Casa debate hoje o assunto despachante.

O governador ao assinar um decreto regulamentando um decreto está regulamentando uma lei que foi aprovada pela Assembléia.

Gostaria que V. Exa., senhor presidente, se pudesse ainda nesta Sessão, pedir ao departamento técnico desta Casa, a lei que fala sobre os despachantes.

Creio que talvez seja uma lei de autoria de um deputado colega nosso.

Agora, o governador após uma lei aprovada pelos senhores deputados, ele tem que regulamentá-la.

Estranhamente, também, o governador do Estado deixou de regulamentar uma lei, senhor presidente, aprovada por esta Casa, que alguns até achavam que era inconstitucional, mas o Brasil é um só.

Se no Rio de Janeiro o governador Garotinho pode aprovar essa lei sancionada, de autoria de um deputado, aonde os policiais militares hoje civis têm o direito à aquisição de veículo sem o pagamento do ICMS, estranhamente aqui no Paraná, querendo até com esse ar de hipocrisia, mostrar que aqui a coisa é diferente.

Porque se beneficia a Polícia Militar, órgãos associativos de outras classes, como professores, o Governo do Estado acaba se acovardando no sentido de não regulamentar uma lei que vem beneficiar uma classe que não pode ser considerada uma classe comum.

Ora, quem não sabe que o policial é aquele que mata em nosso nome, em nome do povo para o quê?

Para nos dar segurança!

Sabe o que é um policial tirar a vida de alguém?

Ele não tem o instinto de criminoso. Ele é um cidadão super preparado, chefe de família. É um cidadão que acaba psicologicamente, tendo alguns problemas, porque para defender a sociedade ele acabou matando alguém em nosso nome.

E, no entanto, hipocritamente, muitos entendem que o policial não é nada mais, nada menos, que um funcionário qualquer.

E na verdade não é isso!

Enquanto a população, enquanto a classe política não considerar o policial como funcionário totalmente diferenciado, nós nunca vamos ter segurança.

Nunca fui na Vila Militar, nunca falei com policiais civis nem militares, nunca os consultei sobre os meus projetos.

O que penso é apenas na segurança do povo. Não faço média com quem quer que seja. Nunca pedi para que aqui viessem os policiais para aplaudir ou para votar os projetos, que tenho cinco em benefício da classe.

Nunca fiz isso. Faço em nome do povo que representa há trinta anos neste Estado do Paraná, outorgado pela população.

Agora, se entendermos que outras classes que saem à rua, fazem greve e com isso alcançam o seu objetivo, então está aí a resposta. Que na Constituição deste País e no Código Penal, o policial é o único que tem que prestar atendimento e serviço 24 horas por dia.

Se você mora num bairro e ali tem um engenheiro do Estado, um advogado do Estado, tem um professor, um médico, um dentista, mas qualquer coisa que aconteça, se vai na casa do policial. Ele é obrigado a prestar socorro 24 horas por dia, senhor presidente, senhores deputados.

Se não o fizer, ele está sujeito a ser punido, está sujeito inclusive a responder inquérito.

Por essa razão, senhor presidente, é que achamos que o governador tinha que dar uma resposta imediata.

Não só pelo salário. Concorro com a Situação, a Oposição, não importa quem fala aqui. O que importa, é que tarde mas é um problema nacional, porque essa parte tarde que está chegando ao Paraná, está chegando em todos os Estados do Brasil. Essa que é a verdade.

Não conheço um Estado, nem mesmo meu amigo Vanhoni, o Estado governado pelo partido de V. Exa. lá no Mato Grosso, não deu uma resposta para a população.

Apenas o Estado que mais vem aplicando na segurança, é o Estado do Rio de Janeiro que foi o governado pelo Garotinho.

Nem por Porto Alegre, nem do Rio Grande do Sul, nem do Mato Grosso. Não houve ainda esse atendimento por parte do Partido dos Trabalhadores que espero, segundo as pesquisas, o Lula pode até ganhar o 1º turno e quem sabe se não vamos ter realmente, uma segurança totalmente diferenciada.

Mas, senhor presidente, gostaria também de abordar um outro projeto que apresentei: é o da folga do policial.

O policial não pode fazer greve. Se pudesse, certamente que o Governo do Estado já teria sancionado os projetos.

Mas, infelizmente, o policial não pode.

Aí, quero cumprimentar as esposas dos policiais.

Imaginem se elas não tivessem a coragem, a dedicação, o amor à família, porque não existe Estado mais forte, não existe município nem País mais forte do que as famílias. E a família está aqui representada, a família do policial.

Dentro da casa-família, o dono da casa é mais forte do que o governador Jaime Lerner, do que o Fernando Henrique, do que o Lula, do que qualquer outro, porque está dentro de casa.

Infelizmente, a nossa Constituição, os deputados federais acham que o policial não pode fazer greve.

Senhor presidente, como o assunto é importante e V. Exa., que não sou muito de usar a tribuna, e não é por estarem aqui os familiares, mas simplesmente, queria dizer o seguinte: vim falar que o policial presta o atendimento aos shows, Chitãozinho e Xororó, rodeios neste Paraná inteiro.

Sou contra isso, senhor presidente.

Acho que o Estado, o povo, não pode pagar para que a Federação Paranaense de Futebol encha os cofres!

Não podemos aceitar isso! A Federação Paranaense de Futebol está nadando em dinheiro! A CBF, então, nem se fala, é só corrupção! E quem presta atendimento, segurança a esses shows é precisamente a Polícia Militar, são os policiais!

Ora, o que nós apresentamos aqui na Assembléia? É que na folga o policial preste serviço remunerado a terceiros, com farda, revólver e com viatura do Estado. Ele

presta esse serviço nem que ganhe R\$2.000,00 (dois mil reais), porque nos Estados Unidos o policial ganha muito bem, no entanto, na folga ele tem direito a prestar serviço a terceiros dentro da lei. Aqui, nós somos submissos, pois sabemos que o policial militar e civil presta serviço para poder levar pão para casa, já que o salário que ele ganha não paga sequer o dia-a-dia com a sua família.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Deputado Geraldo Cartário, peço a conclusão, porque temos cinco Sessões Extraordinárias e não queremos prejudicar algumas votações.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Um minuto apenas, senhor presidente.

Então, o policial que está de folga poderá prestar o serviço. Há pouco tempo atrás, morreu um policial que não estava autorizado porque a lei não o permite; ele faleceu e a família não consegue sequer receber a aposentadoria! Então, o nosso projeto de lei dá essa garantia: shows de cantores, futebol, qualquer coisa que envolva lucro, que alguém coloque dinheiro no bolso, tem que pagar particularmente os policiais de folga, para que eles possam prestar serviços à comunidade.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Estava ouvindo atentamente o deputado Cartário e só para lembrar esta Casa, tenho um projeto aprovado, esta Assembléia aprovou por unanimidade, que instituiu um batalhão de eventos. O Governo, infelizmente, vetou. Esse projeto caía exatamente nessa gratificação extra para o policial militar em caso de eventos pagos. Só para lembrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Fica registrado.

Com a palavra o senhor deputado Ângelo Vanhoni.

Solicito a aquiescência do senhor deputado com relação ao horário já que temos cinco extraordinárias ainda.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom dia, a todos os presentes, aos deputados e ao senhor presidente.

Gostaria de relembrar um ato que aconteceu em 1994. Em 1994 uma eleição estava acontecendo no Estado do Paraná e disputava naquela época o ex-senador Álvaro Dias, e o ex-prefeito da capital do Estado, Jaime Lerner.

O Jaime Lerner foi prefeito aqui da nossa cidade, fez uma administração boa para Curitiba sob determinados aspectos de toda sua história, mas não era conhecido

no interior do Estado, era apenas o prefeito da cidade de Curitiba.

O Governo do Estado era um governo do PMDB e o candidato Álvaro Dias tinha uma larga margem de preferência no eleitorado paranaense, mais ou menos 58 a 60%; o Jaime Lerner começou a eleição com 7, 10.

Eu me lembro de um fato pitoresco que aconteceu nessa eleição, que tenho a impressão que pode acontecer nesta que estamos vivendo agora:

Quando faltavam 20 dias para terminar a eleição, tem um Instituto de Pesquisa no Brasil que tem um convívio, um acordo com uma grande rede de emissora de televisão, a maior em todo o Brasil, e que tem 80% de audiência; ela entra em todas as casas majoritariamente no horário nobre, perto das 7h30min até às 8h30min, naquela oportunidade, uma pesquisa foi publicada por essa rede de televisão tão conhecida de todos nós porque é a maior, em convênio com o Instituto de Pesquisa Nacional. Então o locutor desta rede anuncia os dados da pesquisa em dois, três Estados e quando chegou no Paraná, ele disse o seguinte: “Álvaro Dias tem 38, por exemplo e Jaime Lerner tem 32.

Então, naquela noite, quando o locutor da Rede Globo, ao divulgar esses dados pelo Ibope (lá em 1994) dizendo que o Jaime Lerner estava encostando, chegando perto do Álvaro Dias, passou uma imagem para o conjunto do povo paranaense de que o Jaime Lerner poderia ganhar o Governo do Estado.

O interessante desse dado é que quatro dias depois um Instituto Nacional publicou uma pesquisa, o Instituto do Estado de São Paulo, o Data Folha, que todos nós conhecemos e sabemos que era um Instituto, pelo menos, também sério, mas que não tem convênio com a Rede Globo.

O Data Folha publicou no jornal uma pesquisa no Estado do Paraná e a diferença entre o Jaime e o Álvaro não era a mesma do Ibope. No Data Folha era quase vinte pontos percentuais entre o Jaime Lerner e o Álvaro Dias. Eu lembro que a coligação do Álvaro lutava contra o Jaime, pegou e encheu o Paraná de *outdoor*, dizendo o resultado da pesquisa do Data Folha que desmentia a pesquisa do Ibope publicada na Rede Globo. De nada adiantou! O resultado da eleição vocês sabem! O Jaime ganhou a eleição em 1994 do Álvaro Dias.

Trago isso à tona, porque amanhã será publicada uma pesquisa do Ibope trazendo os dados do Paraná. Falo isso, porque já fui candidato em uma eleição majoritária. Hoje sou candidato a deputado estadual, não estou me importando com as pesquisas, mas a sociedade tem que debruçar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2249, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a Transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário e quebra de interstício para votação dos projetos de lei relacionados a seguir. **Em Votação.**

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Nereu Moura.

Chamada nominal, a pedido do deputado Durval Amaral.

Solicito ao deputado Edno Guimarães que proceda a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e oito senhores parlamentares estão presentes e aptos a votar.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista o requerimento que está sendo apreciado e que propõe a transformação do Plenário em Comissão Geral, com algumas mensagens e alguns projetos, solicito a V. Exa. que, como consta já da Ordem do Dia a mensagem da Polícia Militar, que esta mensagem seja retirada da transformação de Sessão de Plenário em Comissão Geral, haja vista que estamos desde a manhã buscando um entendimento entre a Situação e Oposição e as lideranças do movimento. Ainda não conseguimos um entendimento, e com toda certeza o que todos buscamos é não só a aprovação da mensagem, mas a sanção do governador.

Vamos precisar de um tempo maior para encerrarmos essa negociação, razão pela qual peço que seja

votado em 1ª discussão a constitucionalidade da matéria, até que consigamos o tempo necessário para buscarmos um entendimento para a aprovação da mensagem com as alterações possíveis de sanção.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço às galerias que mantenham o respeito ao Plenário.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados.

A este parlamentar foi dado a incumbência de ser o relator desta matéria. Talvez a mais importante colocada hoje na Ordem do Dia. Como disse o deputado Durval Amaral, e V. Exa. foi testemunha até poucos minutos atrás, estamos desde ontem - assim que a mensagem chegou a esta Casa - debruçados encontrando uma forma legal, constitucional para que ela possa ser aprovada, atendendo da melhor maneira possível a corporação da Polícia Militar.

Esse relator tem o maior interesse de viabilizar o projeto, evidentemente, contando com o apoio dos parlamentares da melhor maneira possível. Porém, não encontramos uma solução adequada. Estamos desde a manhã na sala da Liderança do Governo com oficiais da Polícia Militar, com representantes das mulheres de policiais militares discutindo a matéria.

Pediria, senhor presidente, que V. Exa. tocasse a Ordem do Dia e, ao chegar ao item 14, suspendesse por 10 minutos até que tenhamos uma posição, se votaremos pela legalidade e constitucionalidade nessa primeira discussão ou tomamos outra alternativa.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral e o deputado Algaci Tulio falaram de um entendimento que está ocorrendo desde ontem a noite.

Olha, tenho uma emenda, e não fui chamado para entendimento nenhum. E o deputado Marcos Isfer do PPS me disse que o Partido dele também não foi convidado para entendimento. Inclusive, convoco o deputado Nereu Moura, que é líder do PMDB, para saber se o PMDB foi convidado ou não para participar. A minha emenda diz o seguinte: "Essa gratificação militar especial, será efetivada em parcela única a ser paga até 01/12/2002." Não inviabilizando o governo que vem.

Senhor presidente, até onde tenho acompanhado o movimento das senhoras, conversando com oficiais, conversando com todas as categorias e classes da Polícia Militar, todos eles já foram conversar com todos os candidatos. Conversaram com o candidato do PT, Padre Roque; do PMDB, senador Requião; conversaram com Álvaro Dias, com Rubens Bueno, com todos, sem exceção. E de cada um dos candidatos, eles ouviram uma proposta de governo.

Então, não vai ser esse projeto que vai inviabilizar o futuro governo que vai assumir.

Por isso eu acho, que se há vontade do governo em dar, em repor aquilo que foi retirado, que reponha até 01/12/2002, deixando que o futuro governador possa tocar a sua polícia da maneira que lhe convier.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Acho que nós deputados, fomos convocados para essa Sessão de terça-feira, que será a última antes da eleição. E estamos em 48 deputado presentes. Encaminho um requerimento de preferência de votação desse do aumento dos policiais militares.

Estou encaminhando a V. Exa. por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou suspender a Sessão por cinco minutos, porque diante do requerimento do deputado Durval Amaral, que teria que ser colocado em votação, nós precisamos conversar com as lideranças.

Convido as lideranças para uma reunião de cinco minutos.

(Suspensa a Sessão)

Esta reaberta a Sessão.

Consulto o deputado Durval Amaral se mantém o requerimento na forma original.

O SR. DURVAL AMARAL

Mantenho o requerimento na forma original em função do acordo com a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento de autoria do deputado Antonio Anibelli, pedindo prioridade para a votação do item 14º. Os senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2002, dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de coronel e dá outras providências. **SEM PARECER. (Publ. no DA. nº 117/2002, de 16/09/2002 - Mens.).**

Com a aprovação do requerimento, designo o deputado Algaci Tulio para relatar o Projeto de Lei nº 630/2002.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, militares aqui presentes, esposas dos senhores militares. Preferíamos que a discussão desta manhã se encerrasse com a

aprovação do projeto de lei, da emenda, ao 630/2002, já no seu todo. No entanto, desde ontem à tarde, noite, madrugada e esta manhã, reunidos com a Presidência desta Casa, com o líder do Governo e agora pela manhã com lideranças partidárias e com o movimento de mulheres e mais com os oficiais que representam a corporação neste momento, não chegamos a uma conclusão.

Não chegamos, ainda, a um denominador comum, aquilo que seria de interesse da corporação, e tenho certeza, da vontade de cada um dos senhores parlamentares. É bom, neste momento, destacar que todos nós temos responsabilidades - tanto Situação como Oposição - e até a minha função de ser um político independente nesta Casa, não podemos nos precipitar e jogar pela janela um momento importante para a corporação, que pode definir o rumo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mas, por outro lado também, não podemos perder a oportunidade, e tenho certeza que este é o desejo de todos nós, parlamentares, de encontrarmos um caminho para solucionar a grave crise salarial da gloriosa corporação da Polícia Militar, que defendo e todos aqui defendem. A Polícia Militar não tem um dono, a Polícia Militar é respeitada por todos os parlamentares.

Por esta razão, senhor presidente, diante dessa impossibilidade de chegarmos a uma conclusão, de chegarmos a um entendimento, já tivemos várias negociações agora pela manhã e várias propostas. O meu parecer já estava pronto desde as duas horas da madrugada de hoje. No entanto, nas discussões travadas agora, pela manhã, chegamos a várias outras conclusões, chegamos a várias outras propostas, possibilidades de reduzir, especialmente, o que mais cria entrave dentro do projeto, que é o prazo para o parcelamento. Evidentemente que isto não é do agrado nem das mulheres de militares, nem dos militares e nem da maioria dos senhores deputados.

Por esta razão, não havendo este entendimento, não havendo essa condição de uma votação num todo do projeto, hoje, este relator do projeto vota - nesta 1ª discussão - pela legalidade e pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 630/2002, abrindo a possibilidade, a partir de segunda-feira, em 2ª discussão, para que possamos apresentar emendas. Este mesmo relator tem seis emendas e acredito até que deva ser do entendimento do Plenário, que as emendas nem venham individualmente para não causar ciúmeira e nenhum interesse político. Que as emendas venham coletivas neste Plenário, da própria Assembléia, encabeçada pelo presidente, pelo líder do Governo, pelas lideranças, pelos demais deputados, para que se possa chegar na semana que vem e fazer uma votação tranqüila, que seja do agrado de todos. Não adianta querermos atravessar, não adianta querermos exigir de repente que o governo aplique uma coisa agora quando de repente não pode aplicar.

Não estou aqui para defender o governo, mas estou aqui para defender os policiais militares. Se houver toda a condição e toda a possibilidade de apresentarmos na segunda ou na terça-feira, um parecer já, consubstanci-

ado dentro daquilo que é o propósito dos policiais militares, das esposas dos militares, esta Casa vai analisar e vai colocar os seus prós e contras.

Por isso, pela legalidade e pela constitucionalidade, abrindo o canal de negociações para esta semana até segunda ou terça-feira, o relator dá voto favorável à legalidade e à constitucionalidade, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o relatório do deputado Algaci Tulio. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Vamos votar favorável ao relatório do deputado Algaci Tulio, só que justamente naquela linha de raciocínio do deputado, que não abrimos mão da nossa emenda de propor o reajuste a partir e já, de agora. Então, vamos aprovar a constitucionalidade porque é constitucional, e quando V. Exa. convocar a próxima reunião para ser discutido o mérito, iremos colocar a emenda para que o reajuste seja concedido a partir de agora aos policiais militares do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Projeto de Lei nº 630/2002.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

A presente emenda de autoria do deputado Nelson Tureck, apresentada ao Projeto de Lei nº 180/2001 também de sua autoria, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 5º e 6º do referido projeto de lei, além de suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”.

Chamada esta comissão a se manifestar, informamos que a matéria em tela, não apresenta óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSI** - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, (01) uma ilegal.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**.

Projeto - **Aprovado**.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**.

Projeto - **Aprovado**.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Santa Rosa do Ocoi, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que acrescenta alíneas "Q" e "R" ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996; (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Como existe emenda de Plenário, estamos encaminhando à CCJ, encerrando-se a discussão.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, com sede e foro no município de Campinas, Estado de São Paulo e representação em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Educação Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/2002, dispondo que os entes da administração pública, direta ou indireta, do Estado do Paraná, poderão compensar débitos, vencidos ou vincendos, relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, com créditos, líquidos e certos, que detenham, inclusive por cessão, contra a União Federal e que por ela sejam aceitos para quitação de débitos correspondentes do Estado junto a mesma. SEMPARECERES (**Publ. no DA nº 105/2002, de 13/08/2002 - Mens.**)

Conforme requerimento aprovado, transformando em Comissão Geral, designo o deputado Ademar Luiz Traiano para relatar o referido projeto.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Passo a relatar o projeto de autoria do Poder Executivo, “que pretende dispor que os entes da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Paraná, poderão compensar débitos vencidos ou vincendos, relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, com créditos líquidos e certos que detenham inclusive por seção contra a União Federal que por ela sejam aceitos para quitação de débitos correntes do Estado junto à mesma”.

Fazendo uma análise da presente mensagem, sob o aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação. Portanto, somos de parecer favorável, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do deputado Ademar Luiz Traiano.

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ao pessoal da Polícia Militar que está presente aqui, para que fique clara a questão que envolve o reajuste da Polícia Militar: foi aprovado em 1ª discussão o projeto de autoria do Governo. Ele vai voltar para ser votado em 2ª discussão, e é aí quando o deputado pode apresentar as emendas. Apresentamos as emendas que serão apreciadas.

Senhor presidente, o senhor vai convocar a Sessão para quando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento que houve entre as lideranças, ficou estabelecido que ficou para segunda-feira.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Então, para que o pessoal da Polícia Militar que está aqui, possa saber, na 2ª discussão, nós podemos apresentar as emendas. E aí é que vai ser votada a nossa emenda que propõe o reajuste a partir de agora para os policiais militares. Deixamos claro já, que se não for aprovada a nossa emenda, iremos votar contra o projeto também, porque queremos que o reajuste seja feito agora, ou então seja negociado com o novo governador a partir do ano que vem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só pediria que a Liderança do Governo pudesse, na Sessão de segunda-feira, quando voltará em discussão o Projeto de Lei nº 568/2002, relatado pelo deputado Ademar Traiano, que pudesse trazer dados explicativos para que pudéssemos na verdade conhecer o objetivo da mensagem governamental nessa questão de compensação de débitos.

Era só isso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Igualmente faço essa questão, porque estava esperando o pronunciamento do deputado Nereu Moura, porque não tem dados que possam nos levar a uma votação tranqüila, uma votação consciente. Portanto, solicito à Liderança do Governo que traga: compensar recursos com o quê? Como?

A mensagem fala inclusive com recursos federais. Que eu saiba, algumas indenizações entraram no Tesouro do Estado este mês, e queríamos saber se é em função desses recursos que o governo deseja fazer a compensação.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de um esclarecimento maior a respeito do aumento do projeto do governo que está tramitando, que diz respeito ao reajuste dos policiais militares.

É preciso que tenhamos em mente bem corretamente, o que vai acontecer quando o projeto entra em segunda discussão se eu apresentar uma emenda, ou qualquer deputado apresentar uma emenda, ele sai da pauta e vai para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, em relação a esse projeto já foi aprovado um requerimento, dispensando até interstício e transformar o Plenário em Comissão Geral.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Era isso que eu queria saber. Segunda-feira vota de qualquer maneira?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem que ser votado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Mas é esta a garantia que está sendo dada?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se os senhores parlamentares estiverem presentes, serão votados, não há necessidade com apresentação de emendas de voltar às comissões, serão relatados em Plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de sua propriedade com a empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 601/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, visa autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel de sua propriedade com a empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

O Projeto nº 601/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, encontra-se na Comissão de Obras para que possa receber o parecer quanto ao mérito. Tendo em vista que este projeto chegou na comissão terça-feira da semana passada, e como de lá para cá os deputados não estavam presentes, encaminhamos uma solicitação ao Porto de Paranaguá para que nos dessem algumas informações necessárias para que nós, na Comissão de Obras, pudéssemos analisar quanto ao mérito.

O projeto em questão cita, especificamente não detalha, qual área vai ser permutada, qual a dimensão, quais as características, não apresenta dados de informação quanto ao valor, estabelece apenas que será feita, autorizada a permuta de uma área de propriedade da Catalini por parte de uma área do Estado na Comarca de Paranaguá, sem estabelecer especificamente qual área.

Na verdade, não há como, cegamente, nós na Comissão de Obras, e não há como esse Plenário fazer qualquer julgamento quanto ao mérito se não soubermos exatamente o que estamos votando. E logicamente encaminhamos ao Porto de Paranaguá pedido de informação para anexar plantas, foto aérea, laudo de avaliação, características topográficas pedológicas da área, para que se possa emitir um parecer, sem o qual não há como esta Casa emitir.

Logicamente não estamos aqui para dizer que somos contrários, recebemos uma informação hoje pela manhã do deputado Nelson Justus quanto a algumas informações, que na verdade são informações apenas sem uma assinatura, sem qualquer informação textificada por alguém, realmente fica difícil podermos emitir um parecer nessas condições.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estamos discutindo a questão do Terminal da Catalini, mas acho oportuno que possamos esgotar de pleno a questão do Projeto da Polícia Militar. Entendo que o deputado Ângelo Vanhoni tenha

razão na questão de ordem que fez a V. Exa., porque o requerimento de Comissão Geral de Plenário era específico para a Sessão de hoje, terça-feira, dia 17. Então, há necessidade de que um novo requerimento de Comissão Geral seja apresentado hoje para a próxima Sessão de segunda-feira, sem o que não estaremos em Comissão Geral na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma. Há necessidade de apresentar este requerimento para que se transforme o Plenário em Comissão Geral na próxima segunda-feira.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Peguei agora do deputado Nelson Justus, uma exposição dos motivos para permuta entre o Estado e a Empresa Catalini; como o projeto está em trâmite quanto a sua constitucionalidade, encaminhamos até no sentido de votar favorável para que, na sequência entre a 1ª e a 2ª votação tenhamos os documentos necessários para esclarecimentos quanto a questão das plantas.

Muito obrigado!

O SR. NELSON JUSTUS (**Para Encaminhar**)

Como autor do projeto, quero corroborar com o pedido do deputado Edson Strapasson, até porque a diretoria do Porto esteve aqui por duas vezes para expor à Comissão de Obras e a esta Casa qualquer dúvida que pudesse existir. Porque o interesse maior é do Porto, é dos paranaenses.

Concordo que aprovemos em 1ª discussão e aí sim, o Porto estará em contato com o presidente da Comissão de Obras para sanar as dúvidas quanto a esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como já existe um parecer de constitucionalidade, está em votação o projeto.

Aprovado, com voto contrário do deputado José Maria Ferreira.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre alterações nas tabelas constantes da Lei nº 12.457 de 18 de janeiro de 1999. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 119/2002, de 16.09.2002**).

Como também foi um projeto e está incluído na transformação em Comissão Geral do Plenário, designamos o deputado Plauto Miró Guimarães para relatar.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Com relação ao reajuste dos policiais militares, temos algumas dúvidas e gostaria de colocar a posição do PPS.

Pelo que o deputado Nereu Moura deixou claro aqui, se não for aprovada a emenda que dá o reajuste nesse ano, a Oposição votaria contra o projeto. A minha posição pessoal é um pouco diferente. Se conseguirmos chegar numa negociação que atenda os interesses dos policiais militares, mesmo que não seja com reajuste já votarei favorável ao projeto. Estamos procurando o consenso. A posição do PPS é votar favoravelmente a emendas que atendam esse interesse maior.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

(Lê o Projeto de Lei nº 631/2002 de autoria do deputado Durval Amaral)

No entendimento dos reajustes, foram deixados de fora os plantonistas. Então, é para colocar os plantonistas dentro daquele entendimento e o nosso parecer é favorável para análise dentro do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do deputado Plauto Miró Guimarães.

Aprovado.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2002, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - Meses de junho e julho de 2002, conforme resolução nº 15 de 19.06.92. PARECER DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19.02.2002).**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 120/2002

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomadas de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes aos meses de junho e julho de 2002, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Após análise da matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação e atendem a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, 27.08.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 2280, de autoria do deputado Marcos Isfer, com apoio dos deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ricardo Maia, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação em Comissão Geral e quebra de interstício para a votação do Projeto de Lei nº 630/2002 soldo da PM, bem como do Projeto de Lei nº 503/2002 - TC. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimentos nºs 2255, 2257 e 2258, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2259, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2261 a 2264, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2265 e 2266, de autoria do deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2267, de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2268 a 2270, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2272 a 2274, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2275, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2276 e 2278, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2277, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28 de setembro à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 503 e 630/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141/99; 180/2001; 253, 509 e 587/2002.

Levanta-se a Sessão.